

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Ao crescimento do desemprego e do trabalho precário acrescentam-se os cortes nos salários, afetando particularmente o funcionalismo público, que se vê obrigado a “poupar” em bens básicos, como a saúde. Se os mais pobres se tornaram visíveis nas ruas das cidades maiores – onde não era habitual haver pedintes –, é a perda do nível de bem-estar da classe média que é mais mediatizada, no que os jornais irlandeses chamam “*the middle squeeze*” (“o apertão do meio”). Um grande número de jovens não é capaz de pagar as prestações da casa própria e regressa à casa dos pais; as crianças pequenas são deixadas com os avós, que assim perdem o seu direito ao lazer; os eventos culturais estão a perder público; os irlandeses passaram a conviver em casa e, em média, a cada dois dias fecha um *pub*, uma mudança radical na sociabilidade do país.

Em outubro de 2011, foi eleito presidente Michael D. Higgins, professor universitário de Ciências Políticas e poeta, um trabalhista distante dos dois partidos que tradicionalmente ocupam o poder – Fianna Fail e Fine Gael –, homem com uma longa história de combate pelos direitos humanos, que mantém um discurso com preocupações sociais. A grande surpresa, frequentemente referida nos jornais, tem sido a resignação com que as medidas governamentais têm sido aceites, num país com justa fama de revoltas e uma longa tradição de combate. A decisão anunciada pelo governo, em fevereiro de 2012, de submeter o tratado europeu de estabilidade a um referendo é o primeiro sinal significativo de resistência.

Adriana Bebianio

Islândia

Durante 2008, a crise financeira atingiu gravemente a Islândia, um país de cerca de 300 mil habitantes, no noroeste da Europa. Após uma década de forte crescimento económico, assente em grande medida na especulação financeira, a economia islandesa tornou-se uma das primeiras vítimas da crise financeira internacional. O desemprego triplicou, a *Króna* (coroa islandesa) perdeu metade do seu valor relativamente ao Euro e a emigração de jovens quadros disparou.

Face à incapacidade de pagar os créditos contraídos pelos três maiores bancos privados islandeses, o governo decidiu não resgatar os bancos e permitir a sua falência, nacionalizando-os posteriormente. Em outubro de 2008, a Islândia tornava-se a primeira nação ocidental a solicitar apoio

do FMI no contexto desta crise. A contestação social que emergiu, face às medidas de austeridade impostas pelo governo e à gestão danosa das contas públicas, acabou por conduzir à demissão do primeiro-ministro Geir Haarde, em janeiro de 2009, e ao seu julgamento por práticas danosas.

A resposta islandesa à crise reveste-se de um simbolismo importante para a questão da democracia participativa na Europa e a formação de respostas alternativas à crise. Após a queda do governo de Haarde, o novo governo de centro-esquerda, liderado pela social-democrata Jóhanna Sigurðardóttir, anunciou uma iniciativa popular para redigir uma nova constituição através de assembleias de cidadãos e, sob iniciativa presidencial, realizou dois referendos populares sobre o pagamento da dívida da banca ao Reino Unido e aos Países Baixos. Em ambos os referendos, o povo islandês recusou assumir a dívida dos bancos falidos. Estas decisões, que vão contra as diretivas neoliberais do FMI e a prática de outros governos europeus, que optaram por resgatar os bancos privados financiando-os com capitais públicos, representam por isso uma resposta alternativa importante. A economia islandesa está a recuperar e o impacto social da crise tem sido minimizado através da expansão dos programas de apoio social no curto prazo. A Islândia apresentou também a sua candidatura à UE em 2009.

Licínia Simão

Itália

A crise atingiu a Itália de formas idênticas às de outros países, cruzando-se ao mesmo tempo com traços nacionais distintos. Também em Itália se estabeleceu um novo Governo, liderado pelo tecnocrata Mario Monti e apoiado por uma vasta coligação de esquerda-centro-direita, que começou a pôr em prática o “rigor orçamental”. O sistema de pensões foi “reformado” e estão a caminho mais intervenções. Apesar da mão pesada do Governo, Monti continua a ser popular entre os italianos. Uma das razões é que Monti trouxe aos italianos sobriedade e reputação depois do (aparente) fim do desacreditado e decadente regime de Silvio Berlusconi. Outra razão é que o Governo se apresentou como um paladino de um liberalismo justo e meritocrático, que a Itália nunca conheceu e que apela a diferentes setores da sociedade italiana. O Governo começou a combater a evasão fiscal com iniciativas fortemente mediatizadas e a atacar o corporativismo, promovendo a liberalização de determinadas profissões